

PROVA ESCRITA OBJETIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 1

Sobre o sistema brasileiro do controle de constitucionalidade, é possível afirmar:

- A) Qualquer juiz tem o poder de definir a matéria pelo prisma abstrato e *erga omnes*;
- B) Uma declaração de constitucionalidade, no controle realizado pelos tribunais, somente pode ocorrer através do voto da maioria absoluta do tribunal ou do órgão especial destinado ao julgamento da matéria;
- C) No controle concentrado, a eficácia *erga omnes* da declaração de inconstitucionalidade depende de ato suspensivo da execução da lei pelo Senado Federal;
- D) No controle difuso, a questão da constitucionalidade é o objeto secundário ou preliminar da ação;
- E) Todas as súmulas do Supremo Tribunal Federal, mesmo que editadas antes da EC 45/04, produzirão efeito vinculante independentemente de sua confirmação por dois terços de seus integrantes.

Questão 2

À luz da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar:

- A) Em face da igualdade entre homens e mulheres perante a lei, em direitos e obrigações, não se admite nenhuma discriminação, ainda que positiva;
- B) Os crimes políticos são da competência originária da Justiça Federal de 1º grau, cabendo ao Superior Tribunal de Justiça o julgamento do respectivo recurso ordinário;
- C) Os tratados internacionais de direitos humanos têm *status* de emenda constitucional qualquer que seja o quórum de aprovação nas Casas do Congresso Nacional;
- D) O brasileiro nato em hipótese alguma poderá ser extraditado, admitida, porém, para parte da doutrina, a sua entrega ao Tribunal Penal Internacional para julgamento nos casos de sua competência, segundo tratado do qual o Brasil é signatário;
- E) As decisões administrativas dos tribunais não serão obrigatoriamente motivadas, podendo dar-se em sessões privadas, desde que pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

Questão 3

Estão excluídas da apreciação do Poder Judiciário:

- A) As decisões administrativas, enquanto não esgotadas as instâncias administrativas;
- B) Os atos praticados pelos Tribunais de Contas;
- C) Os atos de investigação praticados por Comissões Parlamentares de Inquérito;
- D) Os atos praticados pelo Conselho Nacional de Justiça;
- E) As ações relativas à disciplina e às competições desportivas enquanto não se esgotarem as instâncias da justiça desportiva.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 4

À luz da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar:

- A) O princípio da moralidade administrativa, além de ser um dever imposto ao administrador público, pode ser concebido igualmente como um direito individual de todo cidadão em prol de uma boa administração pública;
- B) O princípio da moralidade não é nem dever, muito menos direito subjetivo público, só aparecendo no preâmbulo da Carta Magna;

- C) O princípio da moralidade é um mero dever, de que fala o art. 37 da Constituição Federal, mas sem o alcance de direito individual;
- D) O princípio da moralidade, a exemplo das cartas anteriores, ainda não ganhou visibilidade constitucional, só podendo falar em ética como direito supralegal;
- E) Em caso de violação do princípio da moralidade, não existe previsão legal de ação com vistas a anular o ato ou punir o infrator.

Questão 5

Segundo as normas que regem as licitações na Administração Pública, o procedimento licitatório será **dispensável**:

- A) Para a aquisição de bens e serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela Administração Pública, por meio de especificações usuais no mercado;
- B) Quando não acudirem interessados à licitação anterior, e esta, justificadamente, não puder ser repetida, sem prejuízo para a Administração, mantidas todas as condições preestabelecidas;
- C) Para a contratação de serviços técnicos, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização;
- D) Para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;
- E) Sempre que houver inviabilidade de competição devidamente justificada pela autoridade administrativa.

Questão 6

A modalidade de intervenção estatal que gera a transferência da propriedade de seu dono para o estado é:

- A) Tombamento;
- B) Desapropriação;
- C) Servidão administrativa;
- D) Ocupação;
- E) Requisição.

NOÇÕES DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Questão 7

Segundo a Lei 11.788/08, que dispõe sobre o estágio de estudantes, o estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório. Ainda segundo a aludida lei e na sistemática da Lei 8.213/91, poderá o educando inscrever-se no Regime Geral de Previdência Social na qualidade de segurado:

- A) Especial;
- B) Empregado;
- C) Contribuinte individual;
- D) Facultativo;
- E) Trabalhador avulso.

Questão 8

Não é da competência da justiça federal, cabendo à justiça estadual conhecer de causas previdenciárias que versem sobre o seguinte benefício:

- A) auxílio-doença decorrente de acidente de trabalho;
- B) Aposentadoria especial;
- C) Aposentadoria por idade;

- D) Salário-família;
- E) Auxílio-acidente não decorrente de acidente de trabalho.

Questão 9

A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. **Não** compete à Previdência Social atender à seguinte situação:

- A) cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;
- B) proteção à maternidade, especialmente à gestante;
- C) salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;
- D) proteção ao estudante em situação espontânea de desemprego;
- E) pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 10

O termo inicial para a fraude à execução fiscal de crédito tributário é:

- A) A citação válida do executado;
- B) O despacho do juiz que ordena a citação;
- C) A distribuição da execução fiscal;
- D) O início de procedimento administrativo de fiscalização;
- E) A inscrição na dívida ativa.

Questão 11

São tributos de competência da União Federal, **exceto**:

- A) imposto sobre propriedade territorial rural;
- B) imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;
- C) imposto sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.
- D) empréstimos compulsórios;
- E) contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico;

Questão 12

Não é causa de extinção do crédito tributário:

- A) remissão total do crédito tributário cuja importância seja diminuta;
- B) Decisão judicial passada em julgado;
- C) Transação como forma de solução de litígio, quando a lei assim facultar aos sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária;
- D) Decisão administrativa irreformável que não mais possa ser objeto de ação anulatória;
- E) Dação em pagamento de bem móvel, a critério da autoridade administrativa autorizada por lei.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 13

Sobre as liminares e o mandado de segurança, marque a resposta certa:

- A) Concedida a liminar em mandado de segurança e, ao final, denegado o pedido, é possível dizer que a liminar subsiste;
- B) É possível mandado de segurança contra lei em tese;
- C) Concedida a liminar e, após, denegada a segurança, fica revogada a liminar;

- D) Denegada a ordem de mandado de segurança pelo Tribunal, em *writ* de sua competência originária, cabe recurso especial;
- E) É inconstitucional lei que permita a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

Questão 14

Compete ao Juizado Especial Federal processar e julgar causas de competência da Justiça Federal, respeitadas as exceções previstas em lei, até o valor de:

- A) 40 salários mínimos;
- B) 60 salários mínimos;
- C) 50 salários mínimos;
- D) 80 salários mínimos;
- E) 30 salários mínimos.

Questão 15

Ato pelo qual o juiz, no curso do processo comum ordinário, resolve questão incidente. Trata-se de:

- A) Sentença;
- B) Despacho;
- C) Ato meramente ordinatório;
- D) Sentença mista;
- E) Decisão interlocutória.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 16

Sobre os sujeitos processuais no processo penal, assinale a opção correta:

- A) O juiz deve declarar-se suspeito quando a parte o injuriar de propósito;
- B) A participação do membro do Ministério Público no inquérito policial acarreta seu impedimento para o oferecimento da denúncia;
- C) A vítima pode intervir no processo penal por intermédio de advogado, como assistente da acusação, enquanto não transitada em julgado a decisão final;
- D) O acusado já citado pessoalmente, quando ausente ou foragido, poderá ser processado ou julgado sem defensor;
- E) Os menores de 21 anos podem ser intérpretes, desde que tenham conhecimento da língua estrangeira.

Questão 17

Acerca do procedimento sumaríssimo relativo a crimes de menor potencial ofensivo, previsto na Lei 9.099/95, assinale a opção correta:

- A) A reparação dos danos sofridos pela vítima não é objetivo do processo perante o juizado especial criminal, devendo ser objeto de ação de indenização por eventuais danos materiais e morais sofridos, perante a vara cível ou o juizado especial competente;
- B) Não sendo encontrado o acusado, para ser citado pessoalmente, e havendo certidão do oficial de justiça afirmando que o réu se encontra em local incerto e não sabido, o juiz do juizado especial criminal deverá proceder à citação por edital, ouvido previamente o Ministério Público;
- C) Na audiência preliminar, o ofendido terá a oportunidade de exercer o direito de representação verbal nas ações penais públicas condicionadas e, caso não o faça de pronto, ocorrerá a decadência do direito;

- D) Tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo o caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena de multa, que, se for a única cominada poderá ser reduzida pelo juiz até a metade.
- E) Mesmo que o autor do fato seja imediatamente encaminhado ao juizado ou assuma o compromisso de nele comparecer, será sempre imposta a prisão em flagrante, salvo a possibilidade do pagamento de fiança.

Questão 18

Durante uma *blitz* numa sexta-feira à noite, um policial rodoviário federal simulou a descoberta de substância entorpecente no porta-malas do carro de Beltrano, que se dirigia à fronteira brasileira com a Bolívia, ocorrendo a prisão em flagrante por tráfico internacional. A prisão foi devidamente comunicada ao juízo no prazo legal. O advogado de Beltrano apresentou requerimento adequado ao juiz federal substituto, que estava de plantão, o qual indeferiu o pedido. Nessa situação hipotética, a providência mais célere e efetiva para que Beltrano seja liberado será:

- A) Fiança para o juiz substituto;
- B) *Habeas corpus* perante o STJ;
- C) *Habeas corpus* perante o TRF;
- D) Livramento condicional para o juiz titular;
- E) Reclamação para a corregedoria de polícia.

DIREITO PENAL

Questão 19

Considera-se funcionário público, para os efeitos da Lei Penal:

- A) Somente o servidor admitido mediante concurso público;
- B) Somente funcionário público estatutário;
- C) Servidor público, de um modo geral, desde que perceba a remuneração dos cofres públicos;
- D) Quem, embora transitoriamente e mediante remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública;
- E) Quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública, equiparando-se a funcionário público os estagiários.

Questão 20

Constitui conduta criminosa:

- A) Deixar o pai de prover, sem justa causa, a instrução primária de filho em idade escolar;
- B) Cometer adultério;
- C) Emitir cheque pré-datado, sabendo-o sem provisão de fundos;
- D) Destruir culposamente a vidraça de prédio pertencente à Justiça Federal;
- E) Abrir a porta e, em seguida, dirigir o carro de outrem supondo como seu, por identidade de cor, marca e modelo.